

# A Irmandade São Miguel e Almas e as estratégias de modernização sepulcral em Porto Alegre - RS, século XX

The Brotherhood of São Miguel e Almas and modernization strategies burial in Porto Alegre - RS, the twentieth century

La Hermandad São Miguel e Almas y las estrategias de modernización sepulcral en Porto Alegre - RS, siglo XX

Mauro Dillmann<sup>\*</sup>

## Resumo

Este artigo pretende analisar a expansão do cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre - RS nas primeiras décadas do século XX. Para tal, investiga as atas do arquivo da instituição, destacando as estratégias administrativas de gerenciamento do espaço cemiterial para consolidá-lo como moderno, adequado e eficiente a fim de atender a demanda, num contexto marcado por normas de higienização, grandes epidemias e mortalidades. Por fim, busca entender os significados das perpetuações dos jazigos, que eram marcas de uma nova percepção do morrer, caracterizado pela maior gerência privada e familiar.

*Palavras-chave:* Cemitério São Miguel e Almas. Epidemias. Modernização.

## Introdução

Em 1772 o governador da Capitania Geral de São Pedro do Rio Grande do Sul, José Marcelino de Figueiredo, transferiu a capital de Viamão para a Vila de Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre (SPALDING, 1967, p. 63). A partir de então, nos anos seguintes, 1773 e 1774, criavam-se as duas primeiras irmandades religiosas de Porto Alegre: São Miguel e Almas e Santíssimo Sacramento e Nossa

<sup>\*</sup> Doutorando em História pela Unisinos/RS, bolsista CAPES

Recebido em: maio 2012 - Aprovado em: ago. 2012  
<http://dx.doi.org/10.5335/hdt.v.12,n.2,2285>

Senhora Madre de Deus. A essas irmandades coube o encargo de edificarem a igreja matriz (NASCIMENTO, 2006, p. 20).

Desde o século XVIII, ou melhor, desde sua fundação em 1773, a Irmandade do Arcanjo São Miguel e Almas<sup>1</sup> dedicou-se a proteger as almas do purgatório, acumulando patrimônio e investindo em enterramentos (TAVARES, 2008, p. 138). Seu primeiro compromisso – estatuto –, datado de 1775, esclarece as intenções dos irmãos em auxiliar a salvar e proteger as almas com “maior fervor, zelo e devoção”.

Ao longo do século XIX, a irmandade se preocupou em prestar assistência aos seus irmãos, principalmente nos cuidados com a morte. Com tal objetivo, adquiriu, em 1866, um terreno para enterrar seus sócios no interior do cemitério extramuros da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, existente desde 1850. E somente no início do século XX, a irmandade adquiriu seu próprio terreno – em frente ao cemitério da Santa Casa – para, em 1909, inaugurar seu próprio cemitério.

O contexto que antecede a inauguração do cemitério é caracterizado pelo afastamento dos locais de enterramento em relação aos centros urbanos e já foi objeto de estudo bastante explorado pela historiografia. Na Europa, foi no século XVIII que “decretou-se o fechamento dos cemitérios das igrejas” e restringiu-se o sepultamento nesses recintos, pois “os novos cemitérios deveriam ser instalados fora das cidades” (OEXLE, 1996, p. 75). Mas essas ideias europeias só chegariam ao Brasil no século XIX, quando então o templo religioso não mais teria o papel de acomodar corpos mor-

tos, fruto da secularização dos cemitérios,<sup>2</sup> cujas discussões políticas vinham contestando a intervenção da Igreja Católica em relação à jurisdição dos cemitérios, que eram considerados como assuntos de higiene pública (RODRIGUES, 2005; REIS, 1991; ARIÈS, 2003 [1975]). Os novos cemitérios seguiriam preceitos científicos e higiênicos de maneira que deveriam ser construídos em locais amplos, arejados, altos, ventilados e com uma significativa distância do centro da cidade e da população (RIBEIRO, 2008; NASCIMENTO, 2006). Em Porto Alegre foi designado o “alto da Azenha”, local bem afastado na época, que satisfazia tais condições, mas atualmente considerado um bairro próximo à região central. Na Figura 1 pode-se ver a estrada que dava acesso ao cemitério da Santa Casa, no alto do morro, à direita da figura, cercado por um muro branco. Em frente a esse cemitério, no alto da figura, à esquerda, seria então construído o Cemitério São Miguel e Almas, a partir de 1907.



Fonte: Calegari, Virgílio. A avenida Oscar Pereira em 1890.  
Figura 1 - Estrada da Cascata. Acesso ao cemitério extramuros

O processo de secularização dos cemitérios, que já vinha sendo discutido no Império, como bem demonstrou a historiadora Cláudia Rodrigues em seu estudo

referente ao Rio de Janeiro, ganhou ênfase no início do período republicano. O decreto nº 789, de 27 de setembro de 1890, secularizou os cemitérios, eliminando a intervenção de qualquer autoridade religiosa na gerência de cemitérios públicos. Cemitérios de irmandades também estariam sujeitos à inspeção da polícia municipal e demais autoridades competentes para vistoriar o cumprimento dos preceitos higiênicos. A Constituição de 1891, no seu art. 72, par. 5º, dizia que

os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.<sup>3</sup>

A Irmandade São Miguel e Almas desde que passou a possuir seu próprio cemitério, na primeira década do XX, ofereceu enterramento religioso no ritual católico, com ornamentos necessários, carros fúnebres para transporte do morto, espaço para velar finados em capelas localizadas no próprio cemitério e encomendação do corpo realizada pelo capelão da irmandade.

Os rituais fúnebres promovidos pela Irmandade São Miguel e Almas (Isma) foram organizados de tal modo que estavam contemplados em regulamento. Para os preceitos religiosos contava com um sacerdote como funcionário que os realizava na capela e durante a inumação. Além disso, os carros fúnebres, os modos de condução e a estrutura física moderna que o cemitério foi ganhando com o passar do tempo demonstravam tanto o *status* social que possuía o morto – geralmente membros

da elite econômica da cidade – quanto serviam para construir a autoimagem da associação enquanto boa zeladora no cuidado com os mortos.

Nas primeiras décadas da República, a cidade crescia, juntamente as preocupações com a modernidade<sup>4</sup> e as novas concepções de saúde e higiene que marcaram a vida nos centros urbanos desse período, os cemitérios se expandiram e as representações da morte mudaram. Em Porto Alegre, o cemitério da Isma ganhou grande destaque, sendo referência à elite católica local, aumentando e modernizando seu espaço de enterramentos, promovendo reformas no regulamento do cemitério, alterando valores de catacumbas, de arrendamentos e perpetuações e melhorando as instalações e condições de uso daquele espaço. Por trás dessas mudanças de estruturas materiais estavam as mudanças nas compreensões de como havia de ser encarada a morte e como deveriam ser as sepulturas e os rituais de enterramentos, ou seja, a morte e o enterro passaram a ser tratados como elementos a serem pensados no contexto de modernização. De modo geral, os cemitérios tornam-se não apenas uma parte da urbanidade, mas também marcas das mudanças de atitudes, percepções e comportamentos nas primeiras décadas do XX.

Este artigo, então, a partir da consulta e investigação da documentação interna do Arquivo da Irmandade São Miguel e Almas, principalmente das atas das sessões de mesa – reuniões mensais organizadas pela mesa administrativa da associação<sup>5</sup> – busca analisar possíveis fatores que con-

tribuíram com o crescimento cemiterial da Isma, bem como os significados de perpetuação de jazigos no contexto de modernização social e cultural republicana.

Consulta e investigação procedidas, destaca-se a partir dos objetos de análise de alguns “possíveis fatores”, pois se entende que as atas são construções, versões, fragmentos, testemunhos que indicam caminhos e possibilidades que, questionadas a partir da problematização aqui evidenciada, se tornam fonte passível de desvendar e responder aos questionamentos levantados (PESAVENTO, 2008, p. 11).

Enquanto proprietária do cemitério, o seu “próprio” no dizer de Michel de Certeau, pois um lugar que serve de base para uma “gestão de suas relações com uma exterioridade” (CERTEAU, 1994, p. 46), a irmandade organizou estratégias tanto de enterramentos como de regulação da entrada de irmãos diante da crescente procura por associação. Por estratégia, entende-se

o cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (CERTEAU, 1994, p. 99).

O próprio é o lugar, a localização espacial da entidade, que permite “preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias” (CERTEAU, p. 99).

As estratégias da irmandade, seu modo de operar a partir de seu próprio – que o cemitério representa –, andavam no sentido administrativo de conduzir suas práticas fúnebres e religiosas.

A confraria determinou, assim, como e quem o cemitério comportaria em seus túmulos, regulando estrategicamente a aceitação de irmãos de “corpo presente”,<sup>6</sup> a abertura de sepulturas e os valores de joias de entradas. Evidenciam-se fatores que possibilitaram o crescimento do cemitério, bem como novas maneiras de encerrar esse expansivo local dos mortos de Porto Alegre.

## Estratégias de enterramento diante das epidemias

No início do século XX, disposições médicas, higiênicas e de saúde pública fizeram parte do cotidiano da vida nos centros urbanos. Os preceitos sanitários, visando à manutenção da limpeza das casas, das ruas e dos ambientes de uso público – inclusive os cemitérios –, eram regulares e vistos como necessários. Tais preceitos eram mobilizados e promovidos tanto pelos políticos quanto pela classe média urbana, que tinha a imprensa como suporte de divulgação de suas ideias. Entre 1908 e 1913, o governo do estado do Rio Grande do Sul estava nas mãos do médico Carlos Barbosa, que, segundo Nádia Santos, assumiu o poder num momento conturbado em torno de questões sanitárias (SANTOS, 2009, p. 111). Essa autora, citando a historiadora Beatriz Weber, destacou que “não havia um consenso sobre as medidas

a adotar em relação à saúde” (p. 111). Nesse período,

o coeficiente de mortalidade era alto [...] e as doenças que acometiam a população [...] eram alvo da preocupação dos governantes gaúchos, por serem de caráter epidêmico [...]: difteria, peste bubônica, febre tifóide, varíola, varicela, sífilis e tuberculose (SANTOS, 2009, p. 112).

É interessante associar que no México, no mesmo período – em 1910 –, houve uma “Exposición Popular de Higiene”. Durante esse evento, segundo a pesquisa de Alma Valdés, houve várias conferências nas quais se mostraram quadros estatísticos das principais enfermidades, bem como projetos de construção de cemitérios e outras obras públicas destinadas ao melhoramento sanitário (VALDÉS, 2009, p. 111).

Semelhantemente, em Porto Alegre, a discussão sobre as condições adequadas de enterramentos e a postura da Isma e do seu cemitério não passaram despercebidas pelos irmãos reunidos nas sessões de mesa administrativa. Tanto que, em 18 de julho de 1911, o escrivão Clemente Júlio Borda consultava seus companheiros sobre a possibilidade de proibir a abertura de sepulturas no cemitério da irmandade daqueles irmãos que tinham falecido de peste bubônica, bem como questionava se essa moléstia era mesmo considerada uma “peste”, uma epidemia.<sup>7</sup> Essa dúvida do escrivão pairou da década de 1910 também entre outros cidadãos, mesmo entre aqueles com reconhecida autoridade no assunto. Naquele momento não havia a certeza do caráter epidêmico, pois quando a peste bubônica atacou o Rio Grande do

Sul em 1920, tendo Porto Alegre registrado 17 mortes (SANTOS, 2009, p. 114), e em 1921, 19 óbitos, a Diretoria de Higiene considerou apenas a existência de “casos isolados” (SANTOS, 2009, p. 114). Destaca-se que a dúvida do escrivão já apontava para a existência de mortes por peste bubônica antes mesmo de 1911, da mesma forma também apresentava preocupações sanitárias mais eficientes para o bom funcionamento do cemitério. Para a irmandade, prevaleceu a opinião do irmão Manoel Luiz Postiga, segundo o qual a peste bubônica não devia ser considerada como peste uma vez que não estava assim reconhecida oficialmente.

Desse modo, cabia à irmandade, nos casos de transladações de ossos, continuar abrindo as sepulturas dos irmãos cuja *causa mortis* tinha sido oficialmente diagnosticada como sendo dessa enfermidade. Para os irmanados, apenas o *cólera morbus* oferecia perigo de contaminação via abertura de sepultura, pois já era considerado como uma epidemia em Porto Alegre há muito tempo. Desde meados do século XIX, mais precisamente em 1855, o *cólera* atingiu várias cidades da então Província do Rio Grande do Sul, inclusive a capital que, segundo pesquisa de Nikelen Witter, nos relatórios de falas do presidente da província, assolou todas as classes sociais (WITTER, 2007, p. 80).

De longa data essa epidemia era conhecida na cidade de Porto Alegre e os cuidados com os enterramentos também, considerando que nesse período o presidente da província ordenou à Santa Casa de Misericórdia “que recebesse os mortos

da epidemia sem as formalidades de praxe e os enterrasse o mais rapidamente possível”. Nesse ano a epidemia vitimizou 1.405 pessoas na cidade.<sup>8</sup>

Segundo Sérgio da Costa Franco, em 1867 houve nova incidência de cólera na cidade, deixando 271 mortos, fato que conduziu o bispo dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888) a realizar um *Te Deum* em abril com objetivo de extinguir a doença (FRANCO, 1992, p. 151). De qualquer forma, pela bibliografia referenciada, não foram localizados indicativos de mortes por cólera no período da Primeira República.

As epidemias que assolaram Porto Alegre não foram poucas entre meados do século XIX e as primeiras décadas do XX. Nos anos de 1874 e 1905 a cidade sofreu com a varíola e em 1902 com a peste bubônica (FRANCO, 1992, p. 151). Essas doenças, somadas ao evidente crescimento populacional e à “morte natural”,<sup>9</sup> são fatores importantes para considerar a expansão do cemitério da Isma. Os índices de mortalidade eram elevados, atingindo, no ano de 1913, na capital, a taxa de 25,7 para cada mil habitantes. Nesse quadro de mortandade, a porcentagem de óbitos de crianças era ainda maior: em 1910 mais de 36% tinham menos de dois anos de idade (FLECK; KOMDÖRFER, 2009, p. 142).

Em agosto de 1913, o provedor da irmandade expunha à mesa “a necessidade que a Irmandade tem em aumentar as catacumbas no seu número”, para o qual foi determinada a negociação com o proprietário de um terreno ao lado do cemitério, com a finalidade de se comprar “uma nesga [pequeno pedaço do terreno] ou o terre-

no todo, que é necessário ao cemitério”.<sup>10</sup> No mesmo ano, em setembro, discutia-se em mesa a necessidade de a irmandade possuir um novo carro fúnebre para melhor atender à demanda. Na mesma reunião, a irmandade resolvia proporcionar mais uma “regalia aos irmãos falecidos”, pagando-lhes a saída de carro fúnebre à Santa Casa, que geralmente ficava às custas da família do falecido. Esse direito de cobrança por saída de carro fúnebre nas ruas da cidade foi concedido pela administração pública à Misericórdia desde a década de 1880.<sup>11</sup>

As mortes epidêmicas assustavam e alertavam as autoridades políticas, sendo que a abertura de sepulturas era considerada fator de risco à população, de acordo com as autoridades higiênicas. Em 1917, a irmandade deliberou que “nenhuma sepultura será aberta antes dos três anos sem a licença das autoridades higiênicas e policiais”.<sup>12</sup>

Diante das epidemias, os cemitérios eram os locais mais recomendados para encomendação dos corpos enfermos. Segundo dom José Barea, em 1918, quando da epidemia de gripe espanhola no Rio Grande do Sul,

foram ordenadas diversas medidas de higiene para as igrejas, devendo as pessoas vitimadas por este mal ser encomendadas em casa ou no cemitério (BAREA, 2004, p. 351).

O governo recomendava ainda que os enterros fossem realizados durante o dia. Sabe-se através de Franco que Porto Alegre registrou ao todo 1.316 mortes por gripe espanhola e que, portanto, toda e

qualquer possibilidade ou ameaça de contaminação deveria ser evitada. Nas atas da irmandade não foram encontrados registros do número de pessoas que entraram de corpo presente ou o número de mortes por essa moléstia, apenas o registro de voto de pesar pelo “premature falecimento” de dois irmãos sem indicação dos motivos.<sup>13</sup> Entretanto, há fortes indícios de que a procura pela associação e pelo cemitério cresceu significativamente, quando são consideradas as receitas com joias de entradas<sup>14</sup> e arrendamentos, que cresciam consideravelmente. Para os negócios cemiteriais da irmandade o aumento do número de mortos parecia tanto vantajoso financeiramente, uma vez que proporcionava um aumento na procura por associação de pessoas enfermas e também na entrada de irmãos de corpo presente, quanto uma preocupação com as despesas que o excesso de mortandade causava à instituição. Sobre esse crescimento associativo e sobre os dispêndios, o escrivão assim se pronunciou em 19 de dezembro de 1918:

Devido a epidemia que continuava causando, diariamente, dezenas de óbitos, deliberou o Sr. Provedor afim de acautelar os direitos já adquiridos pelos irmãos, suspender a admissão de novos sócios com vida até esta data, assim como o sepultamento em catacumbas conforme preceitua o artigo 2º do regulamento do cemitério (fl. 55v, 56).

Percebe-se, assim, que várias estratégias foram planejadas e implementadas pelos irmanados diante das epidemias que atingiam a cidade. A limpeza do cemitério, a determinação de não abertura

de sepulturas daqueles que morreram em função de alguma epidemia, a negociação de terrenos para expansão do cemitério, o pagamento oferecido pela própria irmandade para a saída dos carros fúnebres e até mesmo a suspensão de admissão de novos sócios a fim de garantir os direitos dos irmãos.

Foi então, com grande demanda e com receitas satisfatórias, que o cemitério São Miguel e Almas consolidava-se a prestar e atender as exigências e condições higiênicas, seguindo as prescrições da ciência e estando à frente no melhor estilo modernizante. Os irmãos frequentavam o cemitério e estavam sempre atentos a respeito do estado em que esse se encontrava. Propostas de melhorias, de “embelezamento” e limpeza eram temas debatidos nas reuniões, onde os mesários detalhavam a qualidade dos serviços prestados pelos empregados como zeladores, auxiliares, *chouffeur*, tesoureiro e debatiam propostas de engenheiros e chamadas de concorrência.

A estética cemiterial passou a ser assunto de reunião e a pautar medidas de uniformização, como, por exemplo, o tamanho das pedras que cobriam as catacumbas, as quais deveriam ser todas de tamanho padronizado. O cemitério crescia, acompanhando a urbanização, o desenvolvimento econômico e o aumento demográfico, principalmente nas duas primeiras décadas do século XX, quando Porto Alegre passou de 130 mil habitantes em 1910 para 179 mil em 1920 (BELLOMO, 2008, p. 25).

## Expansão cemiterial e sepultamento privado

Desde a segunda metade do século XIX, a irmandade São Miguel e Almas possuía seu espaço cemiterial no interior do cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Porém, no início do século XX, os irmãos conseguiram adquirir o primeiro terreno – dos muitos anexos que seriam feitos nessas primeiras décadas – o qual daria lugar ao chamado “novo cemitério”.

Em 1907, o provedor da irmandade consultava a mesa sobre a autorização para a compra de terreno para o “alongamento do cemitério”, uma vez que “a irmandade já está lutando [...] por falta de espaço no referido cemitério”.<sup>15</sup> Nessa ocasião, o provedor foi autorizado a realizar os gastos necessários e dispor do patrimônio da irmandade. No ano seguinte, em abril, o provedor explicou aos irmãos mesários que a compra do terreno foi realizada “nas melhores condições possíveis”, importando um pouco mais de 29 contos de réis.<sup>16</sup>

Entre 1908 e 1909 foram feitos empréstimos para as obras – que eram grandiosas – do novo cemitério. Inicialmente foram 48 o número de catacumbas construídas, considerado pelos irmãos como sendo muito “diminuto”, por estarem, em 1910, “quase todas ocupadas”.<sup>17</sup>

O espaço do cemitério estava dividido em “velho” e “novo cemitério”, o velho sendo o espaço dentro do cemitério da Santa Casa e o novo era independente, no ter-

reno em frente. Esse foi sendo constantemente ampliado pela compra de terrenos particulares que lhe faziam divisa. Os registros indicam que o aumento do terreno e a abertura de novas sepulturas eram preocupações recorrentes dos irmãos. Os recursos para tais finalidades provinham do constante aumento nos preços de arrendamentos de catacumbas e perpetuidades, cujas taxas equivaliam às da Santa Casa de Misericórdia. Ao longo da primeira metade do século XX, os mesários discutiram e modificaram diversas vezes suas tabelas, seus regulamentos cemiteriais e compromissais.

Durante a década de 1910 a entrada de irmãos aumentou bastante, em parte, como já destacamos, devido ao aumento da mortalidade em razão das epidemias, em parte devido ao aumento da população e, naturalmente, do número de mortos. Essa procura elevada trouxe aos irmãos de São Miguel o anseio de repensar suas taxas de valores de entrada, de arrendamentos e de perpetuidades tanto de catacumbas quanto de sepulturas, devido à necessidade (e vontade) de ampliar o cemitério e modernizar suas instalações. Já em abril de 1918 registrava-se “a insuficiência do nosso cemitério para atender-se a grande procura de entrada de novos irmãos”.<sup>18</sup> Nesse ano a irmandade resolveu alterar sua tabela de valores para entrada de irmãos, aumentando ainda as taxas de arrendamentos e perpetuidades, como podemos perceber na seguinte tabela (fl. 46v):

	Até 1918	Em 1918
Irmãos até 50 anos	50 mil réis	100 mil réis
Irmãos acima de 50 anos	100 mil réis	150 mil réis
Casal até 50 anos	100 mil réis	200 mil réis
Casal acima de 50 anos	200 mil réis	250 mil réis

Fonte: Isma, Livro de Atas.

Quadro 1 - Entrada de irmãos, 1918

Os valores constantes nessa tabela demonstram que a irmandade e o cemitério cresciam, arrecadando mais, aumentando seu prestígio diante da sociedade e elevando sua receita. A entrada individual de irmãos de até cinquenta anos passou de cinquenta para cem mil réis, aumentando em 100%. Para irmãos acima dessa idade o reajuste foi de 50%, passando de cem para 150 mil réis.

Nota-se que para os mais jovens o valor cobrado teve um acréscimo maior, talvez pela irmandade considerá-los cidadãos ativos capazes de arcar plenamente com suas despesas, embora o risco de morte estivesse, naturalmente, com os mais idosos. O mesmo valia para os casais: adultos de até cinquenta anos que desejavam ingressar como irmãos deveriam desembolsar duzentos mil réis, enquanto que anteriormente pagavam apenas cem mil. Já para casais de mais de cinquenta anos, houve um acréscimo de apenas 25% na taxa de ingresso, de duzentos para 250 mil réis. Novos sócios com idade superior a cinquenta anos continuavam a pagar valores maiores, mas de acordo com os dados a partir de 1918, a diferença passou a ser menor, de tal modo que essa diferença entre os valores de entrada de novos irmãos com até cinquenta anos e com mais de cinquenta anos, individual ou casal, foi de apenas cinquenta mil réis.

## Perpetuação de sepulturas no contexto de modernização

Por ser a proprietária do cemitério, a irmandade São Miguel e Almas, cuidava e administrava seus túmulos, que podiam ser arrendados ou perpetuados, de acordo com a vontade e a condição financeira dos irmãos. Perpetuar um túmulo – fosse sepultura ou catacumba – foi uma prática apreciada pelos irmãos que tinham seus parentes enterrados no cemitério São Miguel. Perpetuar o túmulo significava perpetuar a lembrança individual ou familiar, auxiliando na construção de imagem ideal de existência (RIBEIRO, 2008, p. 16). Túmulos perpétuos, de família, podiam abrigar várias gerações; nesse caso, catacumbas adquiriam e forneciam marcas de identidade familiar, uma importante característica da compreensão e representação da morte que se fazia naquele momento.

Alma Valdés destacou, para o México do final do século XIX e início do XX, que as tumbas adquiridas como perpétuas estimulavam a demanda por monumentos, de modo que importar da Europa modas arquitetônicas e funerárias se converteu em exemplos de gosto refinado (VALDÉS, 2009, p. 147). No contexto aqui investigado, em Porto Alegre, para a camada abastada do ponto de vista econômico, possuir uma tumba perpétua e rica em detalhes, com monumentos e imagens religiosas podia significar proteção, descanso eterno e distinção social. Essa era uma nova percepção do morrer, ou seja, a de imortalização através da lembrança eterna trazida pelo túmulo.

Vale questionar qual foi o significado do arrendamento de um túmulo, fosse sepultura ou catacumba. A família que fizesse o enterro de seu ente no cemitério São Miguel e Almas automaticamente aderiria ao arrendamento de um túmulo. O tempo mínimo era de três, mas podia ser estendido até vinte anos, dependendo do interesse e das condições financeiras da família. Vencendo o prazo contratado, a irmandade procurava entrar em contato com as famílias dos mortos para verificar o interesse em renovar o arrendamento. Com o passar dos anos, na década de 1930, já fazia chamadas via imprensa aos familiares, publicando o nome completo do morto, procedimento ainda hoje adotado. Muitas famílias enviavam ofício à irmandade, antes mesmo de ter expirado o prazo do túmulo arrendado, solicitando perpetuação dos mesmos. Aos que não se manifestavam, mesmo depois de várias anúncios nos jornais, a irmandade recolhia os restos mortais ao depósito do cemitério. Interessante lembrar ainda que aos empobrecidos ou devedores, a irmandade recolhia os restos mortais para galerias especiais destinadas a acolher ossos.

É certo que houve um grande investimento em construção, manutenção de jazigos, num período em que crescia o culto ao túmulo ligado à memória dos defuntos, um culto dos mortos pelas famílias, um culto da lembrança ligada ao corpo. A perpetuação desses jazigos permitia um prolongamento dos mortos na lembrança dos vivos e a consolidação do cemitério como o lugar de pensamento, recolhimento e solidariedade (ARIÈS, 2003, p. 214-220).

Em relação aos arrendamentos e perpetuidades, também houve modificações de valores no Regulamento do Cemitério, mas aqui vale mais reforçar que perpetuar uma tumba significava para aqueles que as adquiriam eliminação de preocupações futuras e garantia de um mesmo local de sepultamento para membros da mesma família, desde que o intervalo de falecimento entre um familiar e outro fosse de, no mínimo, três anos.

Nas primeiras décadas do século XX houve um grande crescimento da aquisição de tumbas perpetuadas.<sup>19</sup> A recordação do finado e a representificação deste através do túmulo faz com que se desenvolvam os “anseios de perpetuação” e a projeção da morte futura do próprio evocador.<sup>20</sup> O cemitério passava a ser também o local do reencontro de todos os familiares, sendo que depois da morte o túmulo perpetuado unia novamente o núcleo familiar.

A Isma expandiu os seus trabalhos cemiteriais, tendo muitos pedidos de transladações de ossos – vários desejavam transladar restos mortais de familiares, principalmente vindos do cemitério da Santa Casa –, muitas entradas de irmãos de corpo presente e petições de arrendamentos, que ampliavam o patrimônio da irmandade.

A procura de catacumbas pelos familiares dos irmãos que entravam de corpo presente foi, desde o início, bastante elevada, de modo que vários reajustes foram realizados nas taxas em menos de uma década. Até 1910, o valor de entrada de corpo presente era de cem mil réis. Nesse ano, houve um acréscimo que variou de 120 a

150 mil réis, baseados em discussões dos mesários que não conseguiam chegar a um consenso.

O cemitério, sendo privado, contribuía para o ânimo daqueles que desejavam se apropriar do lugar de inumação dos seus mortos, privatizando-o, com sentimento de posse talvez maior do que aqueles sepulcros de cemitérios públicos, fazendo da catacumba um pertence familiar que acumulava parentes falecidos e que conservava a lembrança dos mortos. O sentimento de posse, que contribuía para a construção da marca pessoal, era reforçado no momento da compra e perpetuação, um modo de diferenciação social distinto do cemitério público, onde a igualdade de direitos era a mesma para todos os setores, embora também tenha existido nesses espaços características e reflexos da desigualdade social.<sup>21</sup>

Em maio de 1919, o provedor comunicava que “tendo conhecimento dos contínuos pedidos para sepultamento em catacumbas resolveu [que] fosse aumentado em 50 mil réis a entrada de corpo presente para cujo sepultamento fosse sempre escolhido de preferência as catacumbas”.<sup>22</sup> Quatro meses depois, em setembro, totalizando 46 entradas registradas de irmãos de corpo presente em 1919, o provedor propôs “que as entradas para os irmãos de corpo presente, que escolhessem de preferência as catacumbas, passariam de 250 para 300 mil réis”.<sup>23</sup> Essa foi uma decisão tomada naquele contexto de significativo aumento da procura pelo cemitério. Quase três anos depois, em 1922, o irmão Manoel Moreira propunha a redução das joias de entrada para os irmãos de corpo presente,

pois – como foi registrado em ata – “fazendo uma demonstração clara e aliás justa [...] pela tabela que estava vigorando demonstra que a irmandade só poderá ser prejudicada se não reduzir as suas joias”.<sup>24</sup> Os mesários concordaram com a ideia e reduziram para 250 mil réis o valor da entrada de irmão de corpo presente para catacumbas e para 150 mil réis em caso de sepulturas.

(Re)avaliar valores de entrada de irmãos de corpo presente era importante para a irmandade e também demonstrava que a apreensão em investir e arcar com o enterramento era bem mais privada com relação à família do morto – que deveria possuir fundos suficientes para pagar pelo sepultamento – e não tanto da comunidade confrarial, que atendia com enterramento gratuito apenas aos seus irmãos já associados, desde que em dia com suas obrigações, ou aos que caíam em estado de indigência.

Os modos de encarar a morte no século XX sofreram transformações de tal modo que, segundo a historiadora Cláudia Rodrigues, o culto aos mortos passou a ser da alçada familiar, mais privado (RODRIGUES, 2005, p. 350). Essa gestão pelo núcleo familiar do culto aos mortos, muito menos público se comparado às maneiras de encarar a morte e a ritualística fúnebre nos séculos XVIII e XIX no Brasil, pode ser exemplarmente constatada na Isma, que nas primeiras décadas do século XX recebeu, a partir de iniciativa familiar, vários pedidos de perpetuação, de arrendamentos e de translação de ossos.

Segundo foi possível contabilizar, de janeiro a setembro de 1919 oitenta arrendamentos foram feitos. Diante desse número significativo foi

mandado observar a seguinte tabela para arrendamentos de sepulturas e catacumbas, depois de vencido o primeiro prazo de 5 anos:<sup>25</sup>

Catacumbas para cada 5 anos mais	300 mil réis
Sepulturas para cada 5 anos mais	150 mil réis

Fonte: Isma, Ata das sessões, 16 setembro 1919.

Quadro 2 - Valores para arrendamentos, 1919

No ritmo crescente de entradas e estando a irmandade em julho de 1920 com um único carro fúnebre disponível, o secretário da irmandade questionava se “seria conveniente aceitar-se irmãos de corpo presente estando o carro único em serviço, ocupado, e nesse caso se deveriam alugar um carro da Santa Casa para atender-se ao pedido”.<sup>26</sup> Diante disso, ficou resolvido que a mesa aceitaria a entrada de irmãos de corpo presente “se fosse pelos interessados resolvido mudar a hora do enterro caso o carro tivesse ocupado ou então que quisessem sujeitar-se que a irmandade deixasse de fornecer o carro”. No último caso, o custo adicional ficaria a cargo do “interessado”, no caso, às expensas da família.

A revisão das taxas de arrendamentos e perpetuidades e a venda de terrenos passaram a merecer novamente atenção especial dos irmanados em outubro de 1920. Reunidos em sessão de mesa conjunta extraordinária, o vice-provedor propôs alteração da tabela de taxas por julgar “muito importante este assunto”.<sup>27</sup> Muita discussão e diversas propostas foram levantadas, inclusive a de tomar por uso

a tabela, “há pouco publicada” da Santa Casa, porém, por fim, novos valores foram definidos:

Catacumbas e carneiras por 5 anos	100 mil réis
Idem por 10 anos	180 mil réis
Idem por 20 anos	360 mil réis
Perpetuados	3 contos de réis
Sepulturas para adultos por 5 anos	80 mil réis
Idem por 10 anos	140 mil réis
Idem por 20 anos	250 mil réis
Perpetuados	2 contos de réis
Nichos por 5 anos	25 mil réis

Fonte: Isma, Ata das sessões, 25 de outubro de 1920

Quadro 3 - Arrendamentos e perpetuidades no novo Cemitério, 1920

Os cuidados em definir valores, a clareza no tempo estipulado, a especificação das diferenças e a oferta similar ou diferente à da Santa Casa de Misericórdia leva a inferir que talvez tenha mesmo existido uma espécie de “mercado fúnebre” entre irmandades e outras organizações que ofereciam o mesmo serviço, como destacou a historiadora Cláudia Tomaschewski (2007, p. 163) para o século XIX, embora a irmandade São Miguel e Almas não tenha se portado como uma empresa de pompas fúnebres. De fato, o cemitério São Miguel e Almas fazia divisa com o cemitério São José e ambos ficavam em frente ao cemitério da Santa Casa, sendo que para essa irmandade eram pagos dez mil réis para cada saída de carro fúnebre pelas ruas da cidade, desde a década de 1880. Não há evidências explícitas de concorrências, embora vários outros cemitérios já existissem em Porto Alegre.

Aqueles que escolhiam o São Miguel podiam mesmo realizar sua própria catacumba – diante do controle e regras constantes no regulamento ou previamente combinadas –, desde que arrendassem ou perpetuassem seus espaços cemiteriais.

Esse controle familiar do túmulo reflete as mudanças nas atitudes e imagens construídas em relação à morte. As pessoas já não se preparavam metodicamente – como nos séculos antecedentes – para a morte e o esquecimento dessa tornou-se normal no curso da vida à medida que a expectativa de vida aumentava e ela era mais valorizada (ELIAS, 2001, p. 14,15). O planejamento do funeral, a preocupação com o enterro e com as missas, o registro e os convites na imprensa para o devido destaque social do morto tornaram-se cada preocupação da família, que deviam procurar serviços de pompas fúnebres e um cemitério – como o da Isma – para entrar com o defunto de “corpo presente”. Mas à medida que a população aumentava, aumentava também o número de mortos. Cabiam aos cemitérios – públicos e/ou privados – assumir o papel de planejar os espaços físicos da morte, respeitando os processos de higienização.

### Últimas considerações

Os modos da irmandade de encarar a morte e auxiliar os entes, nessas primeiras décadas do século XX, em Porto Alegre, estavam também caracterizados pela preocupação decorrida da necessidade de se possuir um espaço cemiterial adequado, moderno e suficiente para atender à de-

manda, bem como carro fúnebre em boas condições de uso. Se os óbitos aumentaram na cidade e a irmandade refez várias vezes suas tabelas, alterando seus valores, aumentaram também as atividades fúnebres e o próprio espaço físico do cemitério São Miguel e Almas.

O cemitério privado garantia, por parte de alguma parcela da população, a posse do túmulo, a identidade familiar e a reafirmação da diferenciação social. O sepultamento privado garantia ao defunto não apenas uma morte distinta socialmente, mas também um túmulo – geralmente perpetuado – capaz de garantir a lembrança e o desejo de imortalidade. Essa imortalização se estendia à família, na medida em que a morte era um momento oportuno de aquisição de um túmulo cemiterial que perpetuasse a identidade familiar.

Comprando terrenos e aumentando o espaço destinado à construção de novos túmulos, a irmandade atravessou as primeiras décadas realizando reformas e expandindo o cemitério. Essa (re)construção do cemitério e a expansão urbana demonstravam novos meios de tratar a morte e os mortos e também de tratar a cidade e o espaço urbano. Além do cemitério, os enterramentos estavam ligados às discussões de alguns setores da sociedade que tinham por premissa a salubridade pública, a higienização e garantia de ambientes saudáveis, principalmente nas primeiras décadas diante das epidemias que assolaram a cidade. Foi nesse quadro de saúde pública que as experiências e práticas fúnebres adaptaram-se e que a irmandade implementou suas estratégias

de crescimento. As sepulturas individuais ou familiares passaram a ser desejos de muitos – uma garantia de sobrevivência simbólica na memória coletiva – que estavam livres para materializar seus mortos através da construção de mausoléus e perpetuação dos túmulos.

## Abstract

This article analyzes the expansion of the cemetery of São Miguel e Almas of Porto Alegre - RS in the first decades of the twentieth century. To do so, it investigates the file minutes of the institution's archive, highlighting the administrative management strategies cemetery space to consolidate it as a modern, efficient and appropriate cemetery. In order to meet the demands in a context marked by standards of hygiene, major epidemics and mortalities. Finally, it seeks to understand the meanings of perpetuation of deposits, which were marks of a new perception of death, characterized by the largest privately owned and family.

*Keywords:* Cemetery São Miguel e Almas. Epidemics. Modernization.

## Resumen

Este artículo pretende analizar la expansión del cementerio São Miguel e Almas de Porto Alegre - RS en las primeras décadas del siglo XX. Para tal, investiga las Atas de archivo de la institución, destacando las estrategias administrativas de gerencia del espacio cementerial para consolidarlo como

moderno, adecuado y eficiente a fines de atender la demanda, en un contexto marcado por normas de higienización, grandes epidemias y mortalidades. Por fin, procura entender los significados de las perpetuaciones de los sepulcros, que eran marcar de una nueva percepción del morir, caracterizado por la mayor gerencia privada y familiar.

*Palabras clave:* Cementerio São Miguel e Almas. Epidemias. Modernización.

## Notas

- <sup>1</sup> A partir de agora, utilizo a sigla Isma para me referir à “Irmandade São Miguel e Almas”.
- <sup>2</sup> Sobre o processo de secularização da morte e uma boa discussão sobre o conceito de secularização, veja-se RODRIGUES, 2005. O conceito de secularização aqui utilizado conotativamente como “a perda, nas sociedades ocidentalizadas, da posição-chave que a religião institucionalizada ocupava na produção e na reprodução do elo social e na atribuição de sentido. O que, se não implicou o desaparecimento do sagrado, provocou uma maior eufemização das fronteiras entre o religioso e o não-religioso” (CATROGA, 2010, p. 62).
- <sup>3</sup> Constituição de 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm). Acesso em: mar. 2011.
- <sup>4</sup> Como afirmou Sandra Pesavento, “a modernidade urbana é, por excelência um processo que produz uma série de transformações sensíveis na vida cotidiana, implicando toda uma mudança nas avaliações e formas de proceder. Este é o contexto onde se fixavam normas e condutas, onde o progresso enfrentava a tradição, onde os comportamentos mudavam, e com eles os valores e as expectativas” (PESAVENTO, 2008, p. 17). Pode-se dizer também, em termos sociológicos, que modernização indica o desenvolvimento econômico e mudanças sociais e políticas dela decorrentes; implica desenvolvimento de transportes, comunicação, urbanização, novas formas de divisão do trabalho e declínio da religião na influência pública, “embora não necessariamente em importância espiritual” (Cf. JOHNSON, 1997, p. 235-236).

## Referências

- <sup>5</sup> As atas são documentos que apresentam riqueza de informações e detalhes sobre o dia a dia da associação.
- <sup>6</sup> Entrada de corpo presente significava o ingresso de um morto, cujo cadáver recebia imediato ritual fúnebre.
- <sup>7</sup> Isma, Livro V – Atas das Sessões – 1907-1916, Ata 18 julho 1911, fl. 44.
- <sup>8</sup> Correspondência dos governadores, 3 de dezembro de 1855. Sobre o conhecimento a respeito do cólera produzido pela classe médica do século XIX, ver SANJAD, 2004.
- <sup>9</sup> Utilizo aqui a expressão “morte natural” para designar o que a medicina chama atualmente de morte pela falência múltipla dos órgãos. No entanto é interessante destacar que no século XVIII, “os médicos já desenvolviam teses sobre a morte como um evento natural”. No final do século XX, surgiu na Europa um movimento que busca “tornar a morte socialmente mais visível, de modo a ser concebida e vivida “naturalmente”, como um evento que faz parte do ciclo da vida”. Seria “a busca contemporânea de uma nova construção filosófica da morte, acarretando novas posturas e práticas em torno do processo do morrer” (MENEZES, 2004, p. 55, 58).
- <sup>10</sup> Isma, Ata, 11 agosto 1913, fl. 64v.
- <sup>11</sup> Isma, Ata, 19 setembro 1913, fl. 67. Sobre a cobrança pela saída de carro fúnebre feita pela Santa Casa de Misericórdia (TAVARES, 2007, p. 7).
- <sup>12</sup> Isma, Ata, 11 setembro 1917, fl. 39v,40.
- <sup>13</sup> Isma, Ata, 19 dezembro 1918.
- <sup>14</sup> O termo “joia de entrada” refere-se ao pagamento de uma taxa, uma espécie de prestação pecuniária única, feita no ato da associação.
- <sup>15</sup> Isma, Ata, 25 julho 1907, fl. 5.
- <sup>16</sup> Isma, Ata, 21 abril 1908, fl. 9v.
- <sup>17</sup> Isma, Ata, 17 março 1910, fl. 25.
- <sup>18</sup> Isma, Ata, 11 abril 1918, fl. 46
- <sup>19</sup> O mesmo foi constatado por Alma Valdés para o México no mesmo período, p. 184-186.
- <sup>20</sup> CATROGA, 2010, p. 168. Ligado aos desejos de perpetuação está ainda a dissimulação da própria morte, a qual se pensa e se projeta.
- <sup>21</sup> Reflexão inspirada em RODRIGUES, Carlos, 2006, p. 129.
- <sup>22</sup> Isma, Ata, 08 maio 1919, fl.60v.
- <sup>23</sup> Isma, Ata, 16 setembro 1919, fl. 64v.
- <sup>24</sup> Isma, ata, 25 maio 1922, fl. 95.
- <sup>25</sup> Isma, ata, 16 setembro 1919, fl. 65.
- <sup>26</sup> Isma, ata, 9 julho 1920, fl. 71.
- <sup>27</sup> Isma, Ata, 25 outubro 1920, fl. 76.
- ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003 [1975].
- BAREA, José. *História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário*. Porto Alegre: EST, 2004 [1932].
- BELLOMO, Harry Rodrigues. A produção da estatuária funerária no Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, H. (Org.). *Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia*. Porto Alegre: Edipuc, 2008.
- CATROGA, Fernando. O culto dos mortos como uma poética da ausência. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 12, n. 20, p. 163-182, jan./jun. 2010.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FLECK, Eliane; KOMDÖRFER, Ana Paula. Infância, violência urbana e saúde pública. In: GUNTER, Axt; RECKZIEGEL, Ana Luiza (Org.). *Coleção história geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2009. v. 3. t. 2.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre*. Guia Histórico. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- JOHNSON, Allan. *Dicionário de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- MENEZES, Rachel Aisengart. *Em busca da “boa morte”*: uma investigação sócio-antropológica sobre cuidados paliativos. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.
- NASCIMENTO, Mara Regina. *Irmandades leigas em Porto Alegre*: práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII-XIX. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, 2006.

- OEXLE, Otto Gerhard. A presença dos mortos. In: BRATET, Herman; VERBEKE, Werner (Org.). *A morte na Idade Média*. São Paulo: Edusp, 1996.
- PESAVENTO, Sandra. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991
- RIBEIRO, André Luiz. *Urbanização, poder e práticas relativas à morte no sul da Bahia, 1880-1950*. Tese (Doutorado em História) - Ufba, 2008.
- RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do Além*. A secularização da morte no Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- RODRIGUES, Carlos. *O tabu da morte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- SANJAD, Nelson. Cólera e medicina ambiental no manuscrito “Cholera-morbus” (1832), de Antonio Correa de Lacerda (1777-1852). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 11, n. 3, p. 587-618, 2004.
- SANTOS, Nádia Weber. Práticas de saúde, práticas da vida: medicina, instituições, curas e exclusão social no Rio Grande do Sul da Primeira República. In: GUNTER, Axt; RECKZIEGEL, Ana Luiza (Org.). *Coleção História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2009. v. 3. t. 2.
- SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.
- TAVARES, Mauro Dillmann. Sob a proteção do Arcanjo no Cemitério: práticas fúnebres da irmandade São Miguel e Almas em Porto Alegre do século XIX. *Histórica* (São Paulo), v. 23, p. 1-7, 2007.
- TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades, Igreja e devoção no sul do Império do Brasil*. São Leopoldo: Oikos/Unisinós, 2008.
- TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922)*. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-RS, 2007.
- VALDÉS, Alma Victória. *Itineraria de los muertos en el siglo XIX mexicano*. México, Coahuila: PYV, 2009.
- WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói, 2007.